

## Anuário Estatístico

O Anuário Estatístico de Portugal, a principal publicação de referência do Instituto Nacional de Estatística, é hoje divulgado. O ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE PORTUGAL 2010 está dividido em quatro grandes capítulos – O Território, As Pessoas, A Atividade Económica e O Estado – e vinte e oito sub-capítulos com tabelas de dados. A publicação inclui ainda uma breve análise com a evolução dos principais indicadores face a 2009 e comparações de Portugal com a União Europeia.

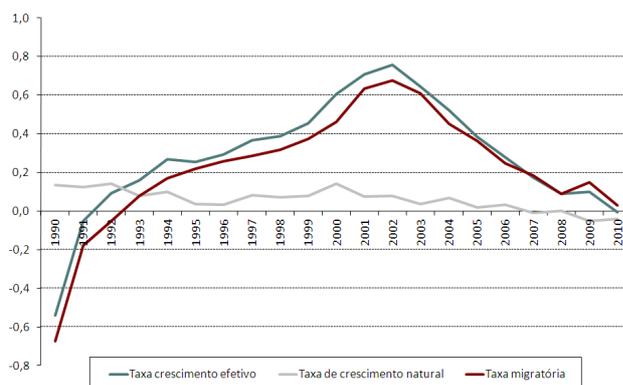
### Enquadramento Demográfico<sup>1</sup>

Em 2010 verificou-se uma diminuição da população residente, o que não ocorria desde o início da década de 90. A população estimada é ligeiramente inferior à de 2009, o que se traduz pela taxa de crescimento efetivo de -0,01%. Esta diminuição foi totalmente determinada pelo andamento da taxa de crescimento natural, que apresentou uma quebra mais intensa do que o aumento registado na taxa migratória. Refira-se ainda que a taxa migratória apresentou uma forte desaceleração, tendo passado de 0,15% para 0,03%, de 2009 para 2010, representando um saldo migratório no último ano na ordem de 1/5 do verificado no ano anterior.

Recorde-se que a taxa migratória tem sido determinante para o perfil de evolução da população residente. A média das taxas de crescimento da população entre 1990 e 2010 foi de 0,283%, que resultou dos contributos da taxa migratória em 0,224% e da taxa natural em 0,059%. Considerando separadamente a década de 90 e aquela que se iniciou em 2000, os contributos foram, pela mesma ordem, de

0,081% e de 0,088%, na primeira década, e de 0,387% e de 0,040%, na segunda década (Gráfico 1).

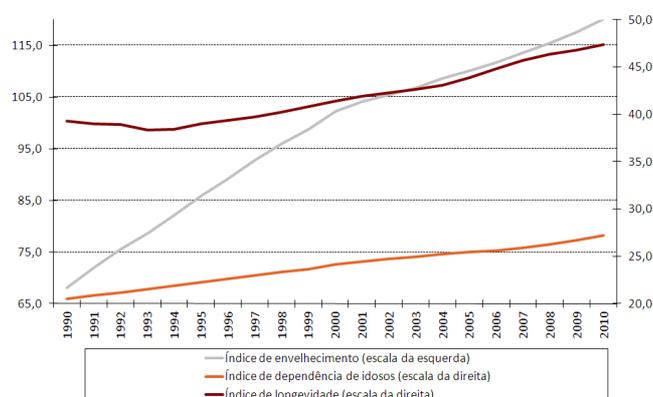
**Gráfico 1 – Dinâmica de crescimento da População**



O peso da população idosa mantém a tendência crescente, em consequência das tendências de diminuição da fecundidade e de aumento da longevidade. Desde 1990 que a proporção de indivíduos com idade inferior a 24 anos apresenta uma tendência de sistemática redução. Na década de 90 representava, em média, 33,4% do total, enquanto na década seguinte já valia um pouco menos de 28,0%, mas com tendência descendente, tal que em 2010 representava 26,0% (Gráfico 2).

<sup>1</sup> A análise é realizada com base nas Estimativas da População Residente (INE) não ajustadas aos Resultados Provisórios dos Censos 2011 recentemente disponíveis.

**Gráfico 2 – Efeitos na estrutura etária**

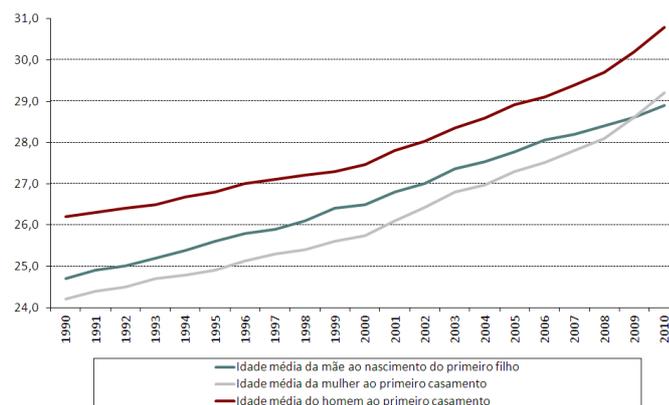


A taxa de fecundidade geral foi de 39,8 por mil em 2010, aumentando em 0,9 pontos por mil (ppm) face a 2009. Este andamento foi contrário à trajetória descendente, embora irregular, iniciada em 2000. Por outro lado, o índice de longevidade foi de 47,4, atingindo o nível mais elevado desde 1990, sendo evidente uma tendência de aumento desde 1995, ano em que este indicador se situava em 39,0%. O rácio entre a população com mais de 65 anos e a população até 14 anos (índice de envelhecimento) atingiu também o seu ponto mais elevado, alcançando 120,1%, quando em 2000 era de 102,2% e em 1990 se situava em 68,1%.

Para estas tendências observadas nos últimos anos têm contribuído as mudanças de comportamentos sociais, evidenciados por um conjunto de indicadores. As médias das idades das mulheres quer à data do primeiro casamento quer ao nascimento do primeiro filho foram sistematicamente aumentando desde 1990, e durante boa parte do tempo evidenciaram comportamentos paralelos, mas nos últimos quatro anos intensificou-se o crescimento do primeiro indicador, atingindo um nível superior ao do segundo. Assim, em 2010 a idade ao primeiro casamento foi de 29,2 anos (25,7 anos e 24,2 anos, em 2000 e 1990, respetivamente), superior à idade ao nascimento do primeiro filho, que se situou em 28,9 (26,5 anos e 24,7 anos, para os mesmos períodos e pela mesma ordem).

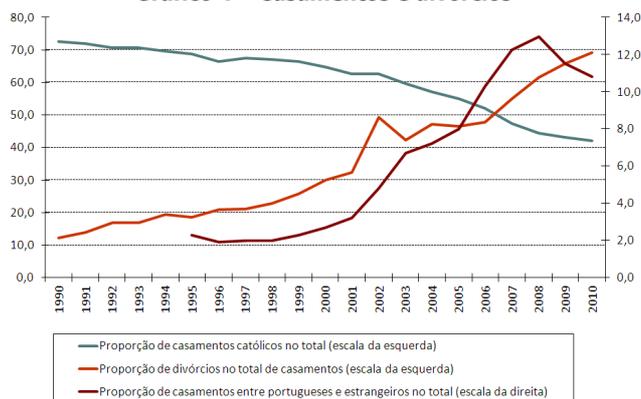
A média da idade dos homens ao primeiro casamento também foi aumentando, sendo de 30,8 anos em 2010 (27,5 anos e 26,2 anos em 2000 e em 1990, respetivamente). A diferença de idades entre homem e mulher ao primeiro casamento era de 2 anos em 1990, de 1,8 anos em 2000, tendo estabilizado em 1,6 anos desde 2002 (Gráfico 3).

**Gráfico 3 – Indicadores de nupcialidade e de natalidade**



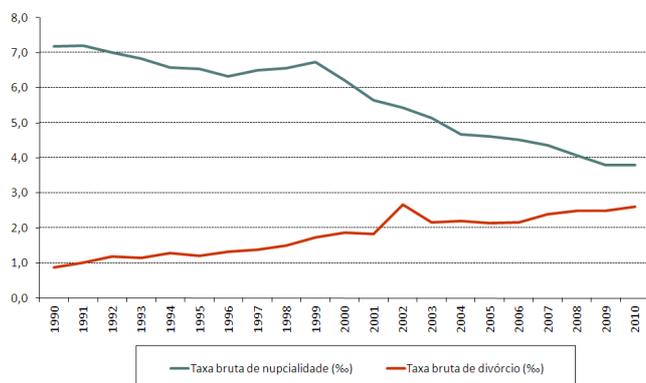
Paralelamente, o número de casamentos tende a diminuir, com especial incidência a partir de 2000. Em 2010 os casamentos celebrados representaram menos de 60,0% dos celebrados em 1999. O número de casamentos católicos celebrados tem acompanhado esta tendência descendente, e até de forma mais intensa, em 2010 representando 36,6% do número de 1999. Desde 2007 que a proporção de casamentos católicos face ao total de casamentos celebrados caiu para menos de metade do total dos casamentos, atingindo este rácio 41,8% em 2010 (em 2000 e em 1990 esta proporção era 64,8% e de 72,5%, respetivamente). A proporção de casamentos entre estrangeiros e portugueses manifestou uma tendência contrária até 2008, mas desde então também diminuiu para 10,8%, embora quintuplicando face ao que se verificava em 1995 (Gráfico 4).

**Gráfico 4 – Casamentos e divórcios**



O número de divórcios tomou uma evolução contrária à dos casamentos celebrados. Tomando 1990 como referência, em 2000 o seu número duplicou, tendo triplicado em 2010. No período mais longo, o número de divórcios registou uma taxa média de crescimento anual de 6,0%, embora entre 2000 e 2010 o ritmo tenha sido mais moderado, de 3,7% (Gráfico 5).

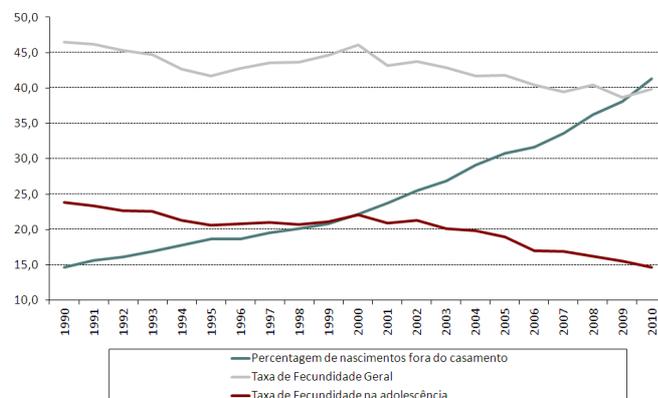
**Gráfico 5 – Taxas de nupcialidade e de divórcio**



O número de nascimentos fora do casamento foi também aumentando, passando a sua percentagem de 22,2% em 2000 para 41,3% em 2010 (77,6% dos quais com coabitação dos pais). Manteve-se a tendência de diminuição da taxa de fecundidade na adolescência que se verifica desde 2000. Nesse ano a taxa situou-se em 22,0‰, aproximando-se dos níveis do início da década anterior, mas desde então o movimento descendente foi nítido, passando para uma taxa de 14,7‰ em 2010. A taxa de fecundidade geral também aumentou nesse ano, mas aparenta uma estabilização em torno de 40,0‰, após os máximos de

46,1‰ e de 46,5‰ em 2000 e em 1990, respetivamente (Gráfico 6).

**Gráfico 6 – Indicadores de natalidade**

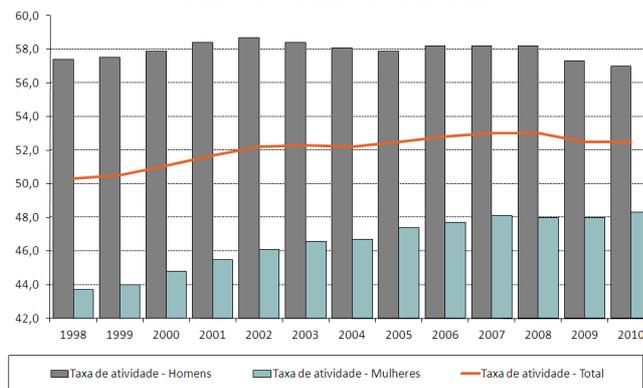


## Enquadramento socioeconómico

### População ativa, emprego e desemprego

Em 2010 a população ativa não se afastou significativamente do nível do ano precedente, tendo estabilizado a taxa de atividade em 52,5%, contrariando assim a tendência de aumento verificada entre 1999 e 2008 (Gráfico 7).

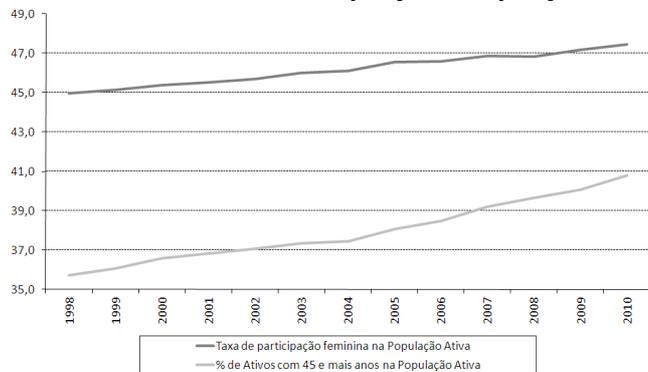
**Gráfico 7 – Taxas de atividade**



Entre 1998 e 2008 a população ativa aumentou cerca de 10,4%, correspondendo a cerca de 530 mil indivíduos. A evolução nos dois anos seguintes foi negativa, determinando um aumento global face a 1998 de 485 mil indivíduos. Para o crescimento desde 1998 contribuiu principalmente o aumento da população feminina no mercado de trabalho, possivelmente o adiamento da entrada na reforma e a

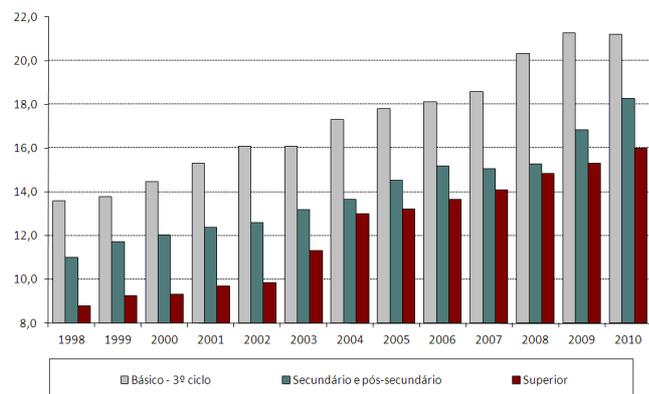
dinâmica dos fluxos migratórios, ainda que tais impactos se tenham atenuado nos anos mais recentes (Gráfico 8).

**Gráfico 8 – Indicadores de composição da População Ativa**



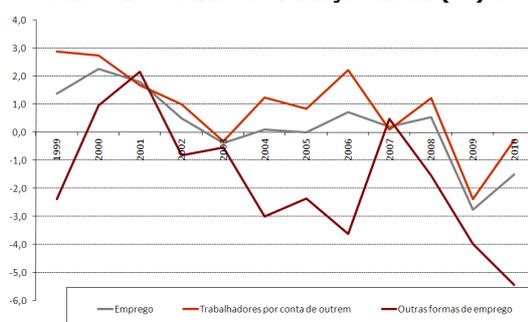
O grau de qualificação da força de trabalho aumentou, a avaliar pelo grau de escolaridade da população ativa: entre 1998 e 2010, ao referido aumento de 485 mil indivíduos correspondeu um aumento de cerca de 900 mil indivíduos tendo pelo menos o ensino secundário concluído (cerca de 450 mil com escolaridade de nível superior). Deste modo, o peso deste grupo representou cerca de 34,3% do total da população ativa, quando em 1998 se situava em 19,8% (Gráfico 9), tendo ocorrido um aumento sistemático até 2010. No entanto, a proporção de ativos com nível de escolaridade correspondente ao ensino superior continuou relativamente baixa, apesar do significativo aumento registado entre 1998 e 2010, na ordem 7,2 p.p., situando-se em 16,0% no final do período. Em termos de emprego, nesse ano a proporção de empregados com curso superior (3º nível, ISCED97) foi de 16,0% em Portugal, o que compara com a proporção de 28,9% que se verificou na UE27; este diferencial até aumentou face a 2004, se bem que seja idêntico ao registado em 2001, mesmo que em Portugal tenha havido melhorias inter-temporais nessa proporção (valores de 13,0% e de 9,7%, em 2004 e em 2001, respetivamente).

**Gráfico 9 – Níveis de escolaridade completa da População Ativa**

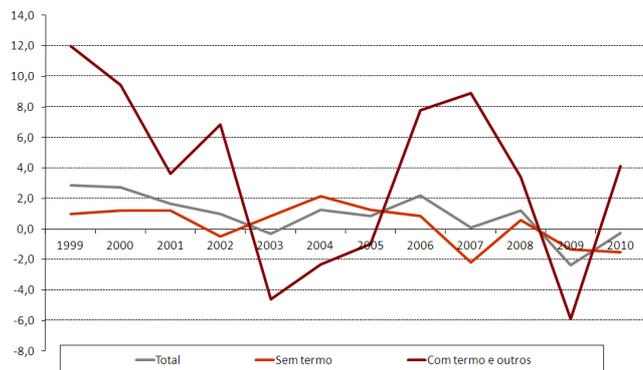


O emprego diminuiu 1,5% em 2010, no seguimento da quebra de -2,8% observada no ano precedente, em ambos os anos contrariando a tendência que se verificara nos cinco anos anteriores. Em termos absolutos, a redução em 2010 foi na ordem de 76 mil empregos, menos intensa do que a de 2009, que fora superior a 143 mil empregos. A diminuição registada em 2010 foi sobretudo determinada pela evolução do emprego dos trabalhadores por conta própria, que se contraiu em 5,4%, contribuindo em mais de 90,0% para a redução global, logo seguida pela dos assalariados sob contrato sem termo, com uma quebra de 1,5% e uma contribuição de cerca de 60,0%. No emprego assalariado com contrato a termo, pelo contrário, registou-se um aumento significativo, gerando uma contribuição positiva na ordem de 46,0% para a evolução do emprego (Gráficos 10 e 11).

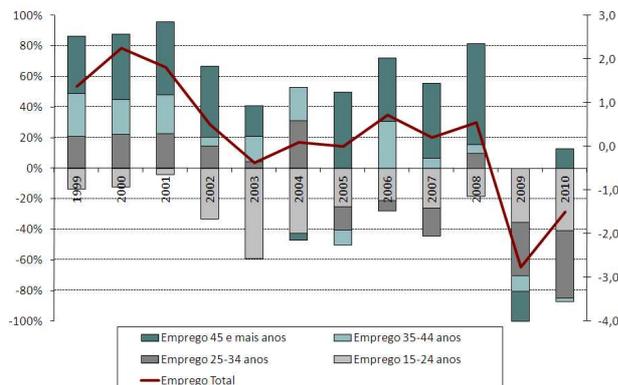
**Gráfico 10 – Taxas de variação anual (%) do emprego**



**Gráfico 11 – Taxas de variação anual (%) do emprego por conta de outrem segundo o tipo de contrato**



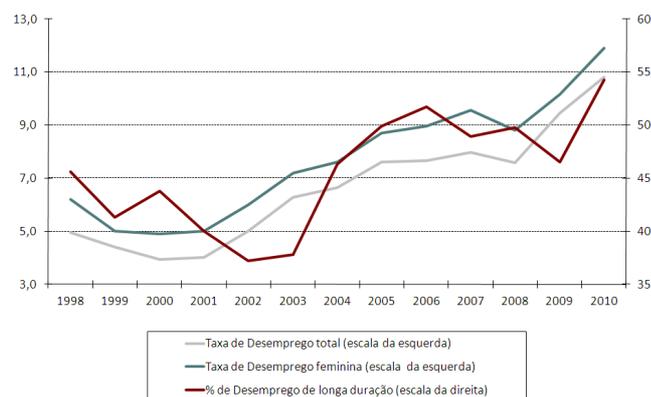
**Gráfico 12 – Contribuições (%) do emprego por faixas etárias para a taxa de variação anual do emprego total**



Considerando um período mais longo, observa-se que desde 1998 houve um aumento de 134 mil indivíduos na população empregada, e de 392 mil indivíduos trabalhando por conta de outrem (assalariados). Contudo, a geração de emprego situou-se no sub-período compreendido entre 1998 e 2002, em que o aumento total da população empregada foi de 294 mil indivíduos. Inversamente, em 2009 e em 2010 a contração do emprego mais do que anulou a criação de emprego registada entre 2004 e 2008. A evolução nos dois últimos anos destruiu cerca de 3/4 do emprego criado entre 1998 e 2002. O andamento foi algo diferente, no caso do emprego assalariado: o primeiro sub-período foi o mais relevante, tendo sido criados cerca de 295 mil empregos, mas no período entre 2004 e 2010 também se verificou um aumento líquido do emprego, na ordem de 109 mil empregos, isto é, a contração em 2009 e em 2010 não anulou os acréscimos verificados até então (Gráfico 12).

A taxa de desemprego em 2010 foi de 10,8%, a taxa mais elevada desde o início da série, em 1998. Este aumento traduziu-se num agravamento generalizado da taxa de desemprego das categorias consideradas. A taxa de desemprego dos homens foi de 9,8% e a das mulheres atingiu 11,9%. A categoria etária com mais elevada taxa de desemprego, correspondente à faixa entre 15 e 24 anos, teve o aumento mais acentuado, de 2,3 p.p., agravando-se a taxa para 22,4%. Seguiu-se a faixa entre 25 e 34 anos, cuja taxa de desemprego se situou em 12,7% (Gráfico 13).

**Gráfico 13 – Desemprego feminino e de longa duração**

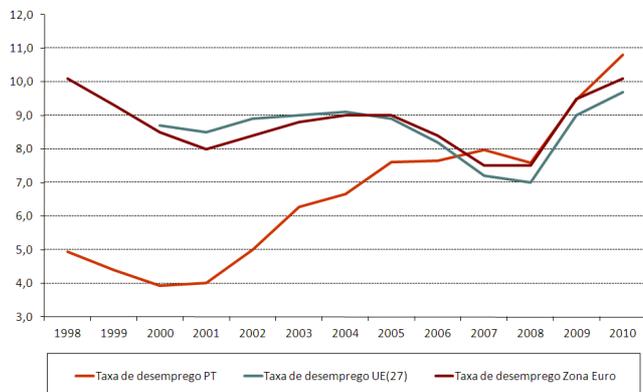


A taxa de desemprego situou-se pelo quarto ano consecutivo acima das taxas de desemprego europeias, como as da UE27 e da Zona Euro, que foram de 9,7% e de 10,1%, respetivamente.

O número de desempregados há mais de um ano aumentou cerca de 33,0% (correspondendo aproximadamente a 81 mil indivíduos), e o aumento do número de desempregados há menos de um ano

diminuiu 2,7% (menos cerca de 7,5 mil indivíduos), pelo que a proporção de desemprego de longa duração aumentou para 54,3%. (Gráfico 14).

**Gráfico 14 – Taxa de desemprego em Portugal, na UE27 e na Zona Euro**



Este tipo de desemprego é atualmente mais elevado em Portugal do que a média europeia. Em proporção da população ativa e para 2010, o desemprego de longa duração representava em Portugal cerca de 6,3%, o que compara com a taxa de 3,9% referente à UE27, e traduz uma inversão relativamente ao que se verificava até metade da década passada (em 2000 as percentagens foram de 1,9% e 4%, para Portugal e a UE27, respetivamente).

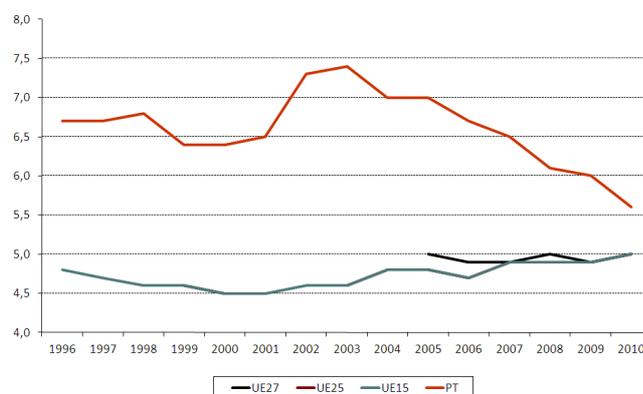
### Rendimento e condições de vida das famílias

Em 2009 registou-se uma atenuação da desigualdade na distribuição do rendimento, prolongando-se a tendência que se regista desde 2003. Por outro lado, manteve-se a tendência para a generalização da utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) pelos agregados familiares.

Tomando os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, estima-se que em 2009 o rendimento monetário líquido equivalente de 20% da população com maior rendimento tenha sido 5,6 vezes superior ao rendimento de 20% da população com menor rendimento. Este valor traduz uma melhoria face aos resultados referentes a 2008, e melhorias mais significativas relativamente aos de anos anteriores (em

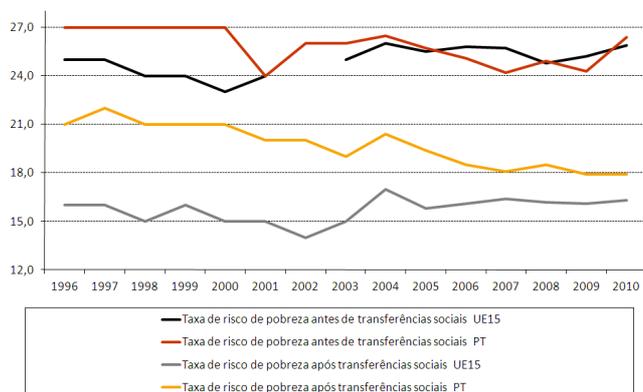
2005 o índice foi de 6,7 e em 2003 situara-se em 7,0). No entanto, o indicador continua a refletir uma situação de maior desigualdade relativamente à média europeia, ainda que em menor grau nos anos mais recentes. Este menor diferencial deve-se às melhorias já assinaladas para Portugal e a uma estabilização ou mesmo algum agravamento verificado nos últimos anos à escala europeia. No caso da UE27 este indicador tem oscilado entre 4,9 e 5,0 desde 2004 e no caso da UE15 constata-se mesmo uma ténue trajetória ascendente desde 2001. A comparação da situação portuguesa com a da área do euro fornece o mesmo tipo de resultados, ou seja, maior grau de desigualdade na distribuição de rendimento e atenuação dessa disparidade desde 2004, também devido a andamentos opostos dos indicadores em Portugal e na Zona Euro (Gráfico 15).

**Gráfico 15 – Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)**



Segundo os dados do mesmo inquérito, estima-se que em 2009 o risco de pobreza, avaliado pela proporção de população com rendimento monetário líquido equivalente abaixo de 60% do rendimento mediano, se situava em 17,9% (Gráfico 16). Este resultado é idêntico ao do ano precedente, mas enquadra-se numa trajetória descendente, embora um pouco irregular, que se pode constatar desde 1995. Sublinhe-se a importância das transferências sociais em sentido estrito, sem as quais a taxa de risco se situaria em 26,4%, o que representa um acréscimo de 2,1 p.p. face ao que se verificara em 2008.

**Gráfico 16 – Taxa de risco de pobreza**



Comparando com a UE27, o risco de pobreza é mais elevado em Portugal, o que tem sido devido sobretudo ao efeito das transferências sociais, que na média europeia têm um impacto relativamente mais benéfico, mais do que compensando uma taxa de risco mais elevada antes das transferências sociais. No entanto, em 2009 nos dois espaços verificou-se um aumento das respetivas taxas de risco, embora o aumento em Portugal tenha sido de maior intensidade, de tal modo que a sua taxa de risco antes das transferências passou a ser a mais elevada. Por outro lado, o impacto das transferências sociais foi de maior alcance, pelo que o diferencial entre as taxas de risco após as transferências registou uma ténue diminuição.

O risco de pobreza continua a apresentar diferenças de acordo com o género (não muito significativas), a idade dos indivíduos (muito acentuadas nos jovens e nos idosos), a composição do agregado familiar (penalizando os agregados mais numerosos e as famílias com um adulto e crianças), a condição perante o trabalho (os desempregados tem um risco de pobreza mais elevado). Destacam-se as seguintes categorias em que se registaram agravamentos entre 2008 e 2009: os agregados com um ou mais adultos sem crianças dependentes, cuja taxa de risco aumentou 1,1 p.p., mas incluindo os agregados com um adulto, com menos e com mais de 65 anos, cujas taxas

aumentaram mais de 2,0 p.p. (no último caso, atingindo 34,9%).

Manteve-se em 2010 a tendência para a difusão junto das famílias das TIC, a avaliar pelo conjunto de indicadores disponíveis, os quais apresentam aumentos significativos face ao observado em 2008, inserindo-se em tendências claras de crescimento. Em 2010, 59,5% dos agregados familiares possuíam computador, o que representa um acréscimo de 3,5 p.p. face ao ano precedente, e mais 13,9 p.p. do que em 2005. A internet podia ser acedida por 53,7% dos agregados (47,9% em 2009), e mais de 50,3% podia fazê-lo através da banda larga (um pouco mais de 46,0% em 2009), quando em 2005 os correspondentes valores eram de cerca de 31,5% e de 19,7%.

## Educação

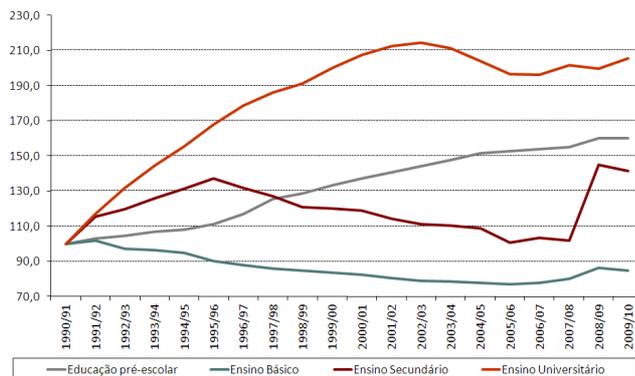
A evolução da estrutura escolar ao longo das duas últimas décadas foi determinada por fatores com impacto de intensidade e durabilidade diferenciados: a Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986, a tendência de diminuição da taxa natural da população, o esforço de extensão do ensino pré-escolar e o reforço do ensino superior, a expansão do ensino privado, o desenvolvimento das TIC e o esforço da sua aplicação ao sistema de ensino. Mais recentemente, tem-se registado um processo de certificação de competências e um esforço de expansão do ensino profissional.

Após se ter desvanecido o efeito da aplicação da Lei de Sistema Educativo de 1986, que regulamentou a escolaridade obrigatório de nove anos, a dinâmica da população escolar passou a ser comandada pela diminuição da taxa de crescimento natural da população. Assim, a partir de 1991/1992 desenvolveu-se uma tendência de diminuição da população escolar do ensino básico, iniciada na população do 1º ciclo e alastrando aos restantes ciclos (o movimento de descida no 3º ciclo iniciou-se em 1995/1996).

Como resultado, entre 1990/1991 e 2000/2001 a população no básico diminuiu cerca de 18,0%, voltando a diminuir cerca de 3,0% entre a última data e 2007/2008. Porém, nos dois anos seguintes registaram-se aumentos bruscos face ao número de inscritos verificados naquele ano. Estes acréscimos foram fundamentalmente determinados pelas inscrições de adultos no 2º ciclo e, sobretudo, no 3º ciclo do ensino básico (em cada ano o aumento foi superior a 100 000 inscrições para o conjunto do ensino básico), especialmente no âmbito do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (SRVCC).

No ensino secundário, a tendência decrescente começou em 1996/1997, pelo que entre 1990/1991 e 1999/2000 ainda se registou um aumento de cerca de 20,0% na população. Seguiu-se uma diminuição em 2007/2008 face a 2000/2001 de 14,3%, tal que o efeito final foi aproximadamente de estabilização da população relativamente ao nível registado em 1990/1991. Nos anos recentes verificou-se um fenómeno semelhante ao observado no ensino básico, com aumento na ordem de 100 000 inscrições, parte significativa das quais efetuadas por adultos e relacionadas com o SRVCC. As inscrições de jovens também aumentaram, representando 18,0% e 29,1% dos aumentos registados em 2008/2009 e 2009/2008, respetivamente, face ao número de inscrições de 2008/2007 (Gráfico 17).

**Gráfico 17 – Índices de população escolar por tipo de ensino (1990/1991=100)**

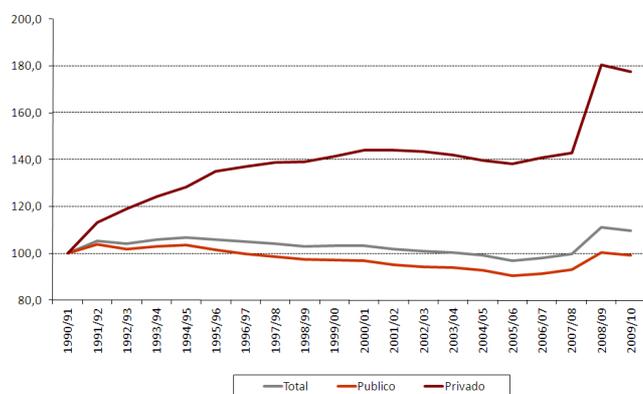


Os indicadores disponíveis sobre a aplicação das TIC no ensino, ainda escassos em dimensão temporal e em variáveis abrangidas, apontam para melhorias substanciais. O rácio “número médio de alunos por computador” no ensino básico, dizendo respeito apenas ao Continente, foi de 2,1 no ano letivo 2008/2009, quando em 2006/2007 e em 2007/2008 se situara em 9,5 e em 7,9, respetivamente. No secundário, o mesmo indicador foi de 3,9, o que compara com os valores de 5,9 e de 6,9 dos anos precedentes.

A expansão do ensino pré-escolar, não obrigatório, foi muito significativa nos últimos vinte anos. Em 1990/1991 a educação pré-escolar abrangia cerca de metade das crianças com idades entre os três e os cinco anos, enquanto em 2009/2010 cobria 85,0% do mesmo estrato populacional, sendo evidente a tendência crescente desta proporção entre os dois períodos. Para esta variação global contribuiu decisivamente a expansão da rede de educação pré-escolar pública, que a partir de 2000/2001 ultrapassou em número de alunos matriculados o ensino privado. Em 1990/1991 a quota do ensino público em termos de alunos inscritos foi era na ordem de 44,0% e 2009/2010 esta proporção era de cerca de 51,0%, embora tenha ocorrido em cada um dos dois últimos anos uma diminuição média de 1,7 p.p. face ao máximo alcançado em 2007/2008.

Refira-se ainda a importância crescente, em termos relativos, do ensino privado em todos os níveis do ensino básico e no ensino secundário, tendo os respetivos pesos, em número de matrículas, registado tendências de aumento desde 1990/1991. Note-se o reforço do seu peso em 2008/2009 em todos os graus do ensino básico, especialmente no 3º ciclo, e ainda no ensino secundário. Ao invés, no ensino pré-escolar, a tendência foi de clara diminuição até 2004/2005, seguindo-se uma relativa estabilização, e um registo de aumentos nos anos de 2008/2009 e 2009/2010. No ensino universitário, o peso do ensino privado aumentou até ao final da primeira metade da década de 90, declinando em seguida, para se situar em 2009/2010 mais de 5,0 p.p. abaixo do que verificara em 1990/1991 (Gráfico 18).

**Gráfico 18 – Índices de população escolar segundo a natureza institucional dos estabelecimentos de ensino (1990/1991=100)**

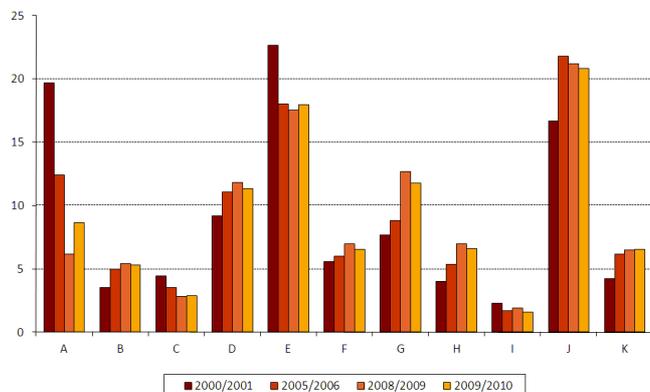


Registe-se o aumento da população escolar jovem inscrita no ensino profissional, na ordem de 107 mil, o que traduz a sua multiplicação por um fator de 16,7 face ao valor de 1990/1991, e por um fator de 3,5 face ao 2000/2001. Este tipo de ensino, no qual largamente predomina o de nível 3 (ensino secundário), representava em 2009/2010 cerca de 15,9% da população escolar do 3º ciclo do ensino básico e do secundário, o que representa um aumento de mais de 11,0 p.p. relativamente à situação de 2000/2001.

No ensino superior manteve-se a tendência crescente da taxa de escolarização, que no último ano (2009/2010) foi de 30,6%, contra 15,1% no início da série (ano letivo 1994/1995). Porém, apesar de o número de alunos matriculados entre os anos letivos de 1990/1991 e 2009/2010 ter mais do que duplicado, observa-se um máximo em 2002/2003 e uma estabilização relativa a partir de 2005/2006, ainda que tenham ocorrido aumentos em 2009/2010 e em 2010/2011.

Analisando o desempenho dos alunos do ensino universitário entre 2000/2001 e 2009/2010, verifica-se que aumentou o número de diplomados, seja em termos absolutos (61,1 mil contra 78,6 mil), seja relativamente ao número de inscritos (15,8% contra 20,5%, se bem que neste último caso se tenha mantido o retrocesso face ao registado em 2006/2007 e em 2007/2008, o que traduz igualmente uma diminuição em termos absolutos relativamente ao número de diplomados nesses anos). Por outro lado, refira-se a alteração das preferências manifestadas, entre 2000/2001 e 2009/2010. Verificaram-se diminuições significativas nas proporções de diplomados nas áreas de Formação de Professores/Formadores, de Ciências Empresariais e de Humanidades. Em contrapartida, os principais aumentos observaram-se nas áreas da Saúde e de Engenharia e Técnicas Afins, da Arquitetura e Construção e de Ciências Sociais e de Comportamento Saúde e Serviços Sociais (Gráfico 19).

**Gráfico 19 – Diplomados por área de estudo**



Legenda

A – Formação de Professores/formadores e Ciências da Educação
B – Artes
C – Humanidades
D – C. Sociais e do comportamento, Informação e jornalismo
E – Ciências Empresariais, Direito
F – Ciências da Vida, Física, Matemática e Estatística, Informática
G – Engenharias e Afins, Indústria Transformadora
H – Arquitetura e Construção
I – Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária
J – Saúde, Serviços Sociais
K – Outros Serviços

Em resultado destas mudanças, verificaram-se as seguintes principais alterações no posicionamento relativo das áreas de estudo: a Saúde passou da terceira para a primeira posição, as Ciências Empresariais mantiveram-se na segunda, a Engenharia e Técnicas Afins mudaram da quinta para a terceira posição, as Ciências Sociais e de Comportamento mantiveram-se na quarta, a Arquitetura e Construção passaram da oitava para a quinta posição, a par das Ciências da Vida, Física, Matemática e Informática. Note-se que comparando a estrutura de diplomados entre 2009/2010 e 2008/2009 se constata um aumento de 2,5 p.p. na área que perdera mais peso por comparação com 2000/2001, de Formação de professores e de Ciências de Educação, e um aumento marginal na área de Humanidades. A generalidade dos

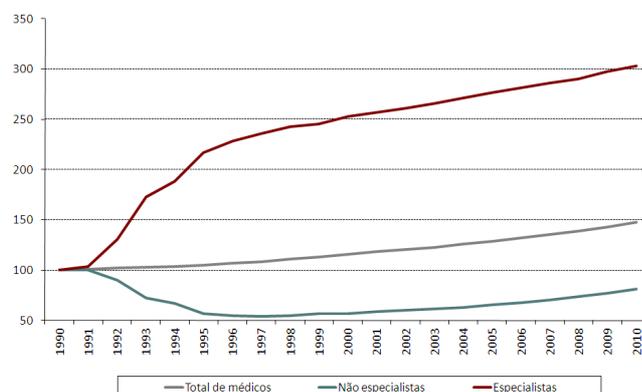
restantes casos registou as compensações negativas, sendo a maior perda na ordem de 0,9 p.p., na área de Engenharia e Afins.

## Saúde

De acordo com a informação disponível, grande parte apenas até 2009, mantêm-se as tendências anteriormente detetadas de aumento dos recursos humanos no sector, diminuição genérica da capacidade da oferta instalada, mas com aumentos em segmentos mais especializados e maior intensidade de aproveitamento dos recursos disponíveis.

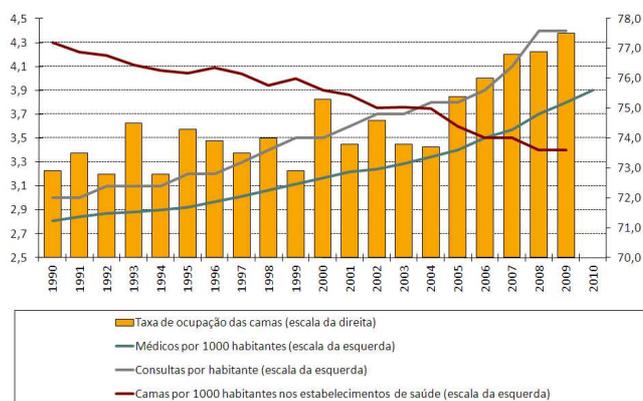
Analisando a componente de recursos humanos, manteve-se a melhoria contínua do rácio número de médicos por mil habitantes, que foi de 3,9 em 2010, quando no início da década se situava em 3,2. A mesma tendência, e até mais intensa, continuou a detetar-se no rácio número de enfermeiros por mil habitantes, que alcançou o valor de 5,9 no mesmo ano, quando em 2000 se situara em 3,7. O número de especialidades detidas pelos médicos continuou a aumentar, embora a um ritmo um pouco inferior ao crescimento do número de médicos, que se situou em 3,3%. Em 2010 havia cerca de 166 especialistas por cada 100 médicos não especialistas, traduzindo uma ténue mas contínua diminuição deste rácio desde 2001, em que a relação era de 187 para 100 (Gráfico 20).

**Gráfico 20 – Índices de médicos segundo a categoria**



Relativamente à capacidade de internamento, em 2009 o número de camas nos hospitais (lotação praticada) era de 35635 (35803 em 2008), o que representa uma diminuição de 1737 e de 2530 face ao existente em 2005 e 2000, respetivamente, tendo ocorrido também diminuições nos centros de saúde (menos 512 e menos 934 camas, para os mesmos anos). Por outro lado, aumentou para 835 o número de salas de operações nos hospitais (mais 74 e mais 105, face a 2005 e a 2000, respetivamente), apesar da ligeira diminuição relativamente ao ano anterior (Gráfico 21).

**Gráfico 21 – Indicadores de capacidade e de utilização do serviço de saúde**

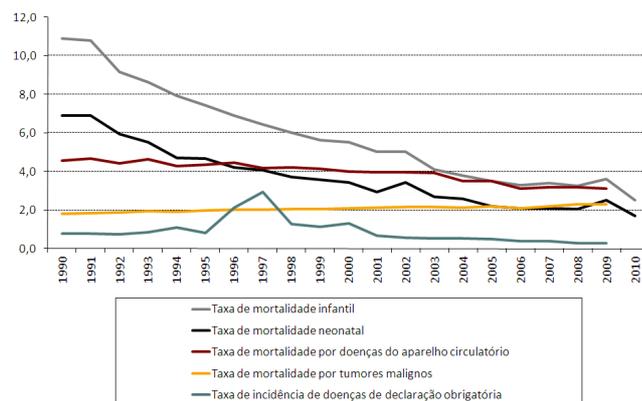


No que se refere aos serviços prestados, verifica-se uma tendência geral para o seu aumento, a avaliar pelos indicadores disponíveis. Em 2009, manteve-se a tendência de aumento do número de grandes e médias intervenções cirúrgicas, que fora interrompida em 2005, tendo-se registado um acréscimo de cerca de 94 intervenções/dia, uma variação menos intensa do que a do ano precedente, que fora de cerca de 200. O número de consultas externas nos hospitais diminuiu relativamente a 2008 e o mesmo se verificou nas consultas nos centros de saúde, em ambos os casos tal correspondendo a uma interrupção das tendências anteriores (em proporção do registado em 2008, as quebras foram de 3,3% e de 12,5%, respetivamente). Em consequência, o número total de consultas nos hospitais e nos centros de saúde por habitante diminuiu

para 4,0 embora tenha permanecido claramente acima dos resultados obtidos em 2005 e em 2000, que foram de 3,9 e de 3,5, respetivamente.

Quanto aos indicadores de saúde relacionados com a mortalidade (Gráfico 22), em 2010 a taxa de mortalidade foi de 2,5 óbitos por 1000 nados vivos, retomando-se a tendência de descida que fora interrompida no ano precedente. Recorde-se que em 1990 o seu valor fora de 10,9, tendo diminuído quase continuamente até 2008, ano em que alcançou o valor de 3,3. No que se refere às principais causas de morte em Portugal em 2009, do total de óbitos ocorridos, 31,9% foram provocadas por doenças do aparelho circulatório (redução de 0,4 p.p. face a 2008) e 23,2% por tumores malignos (aumento de 0,3 p.p.).

**Gráfico 22 – Indicadores relacionados com a mortalidade**



Relativamente às respetivas taxas de mortalidade, a primeira aparenta ter retomado a tendência descendente, enquanto a segunda registou uma estabilização, embora no quadro de uma trajetória ascendente.

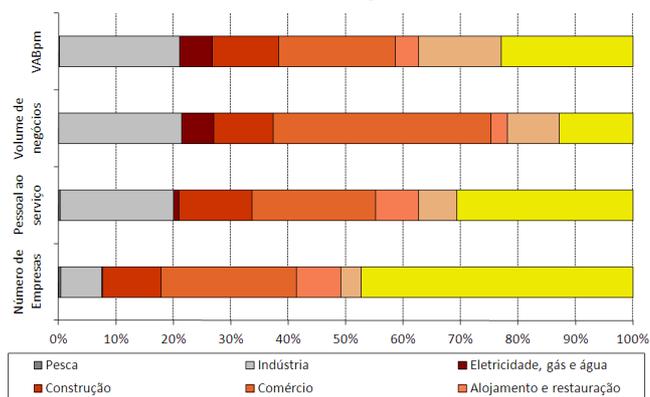
## Atividade Económica

### Empresas

De acordo com os dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), na estrutura empresarial, a área de serviços, sendo predominante, aumentou de importância relativa face ao ano precedente, tomando em conta diferentes critérios. Em

2009, cerca de 82,0% das empresas concentravam-se neste sector, abarcando 66,0% do número de pessoas ao serviço e gerando cerca de 63,0% do volume de negócios total e quase 62% do VAB. Apenas quando medido pelo volume de negócios se não registou um aumento da importância deste sector relativamente a 2005. O sector do comércio é maioritário seja qual for a variável considerada (a sua importância relativa é superior a 20,0% do total das atividades consideradas e a pelo menos 34,0% do total dos serviços), muito embora se tenha verificado uma diminuição do seu peso face a 2005. Em contrapartida, e comparando com o mesmo ano, os sectores de eletricidade, gás e água, de transportes e comunicações e os outros Serviços (prestados às empresas, imobiliários, de saúde e de educação, entre outros) foram os que apresentaram os maiores aumentos de peso. As indústrias transformadoras continuam a ter um papel de relevo, dado o peso de mais de 20,0% avaliado em número de pessoas ao serviço, volume de negócios ou VAB (Gráfico 23), muito embora também tenham diminuído de importância relativamente a 2005 (em termos de VAB a redução foi de quase 5,0 p.p.).

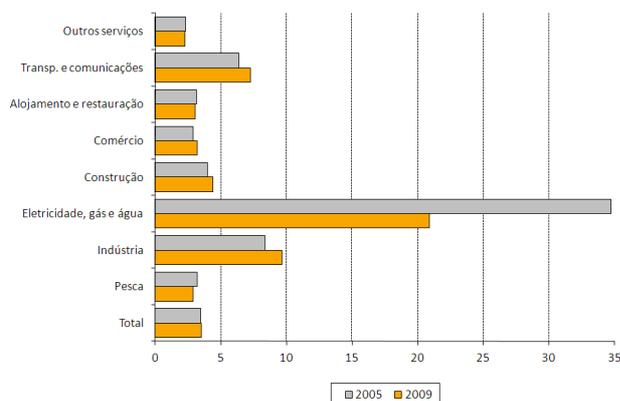
**Gráfico 23 – Estrutura empresarial em 2009**



Por outro lado, a estrutura produtiva continua a ser bastante determinada pela importância relativa das pequenas e médias empresas (Gráfico 24). Em termos gerais, a dimensão média das empresas em 2008 manteve-se em 3,5 pessoas ao serviço, sem

significativas alterações face os anos precedentes. Em 2009, a proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço no total das empresas foi na ordem de 95,5%, abrangendo 43,0% do pessoal ao serviço, cerca de ¼ quer do volume de negócios, quer do VAB, e representando quase 30,0% da FBCF efetuada. Alargando para as empresas com menos de 50 pessoas ao serviço, verifica-se que este conjunto representou mais de 99,0% do número de empresas, a que correspondeu cerca de 64,0% do número de pessoas ao serviço e mais de 46,0% tanto do volume de negócios como do VAB e da FBCF.

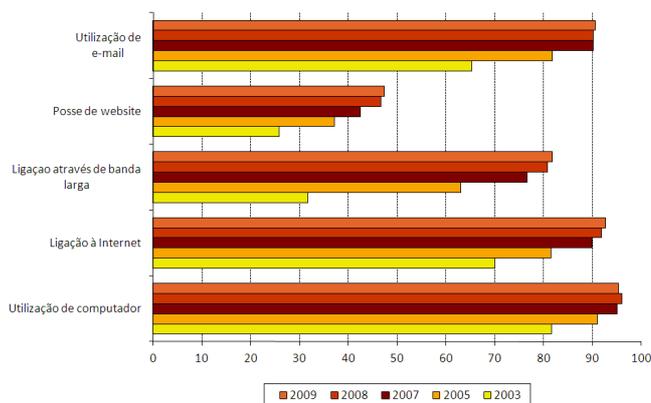
**Gráfico 24 – Dimensão média por pessoal ao serviço**



No que se refere à utilização de TIC, confirma-se a tendência para a sua difusão generalizada. De acordo com o Inquérito às empresas sobre esta temática, a proporção de empresas dispostas de computadores em 2010 foi de 97,2%, quase 2,0 p.p. acima do registado no ano precedente e mais de 6,0 p.p. do que em 2005. Por outro lado, mais de 94,0% dispunha de acesso à internet, sendo que 83,0% do total poderia aceder através de banda larga (nos dois casos, ganhos de 1,3 p.p. face a 2009; relativamente a 2005, os ganhos foram mais pronunciados, de 12,6 p.p. e de 20,0 p.p., para o acesso à internet e ligação por banda larga, respetivamente) (Gráfico 25). Destaque-se a proporção de empresas dispostas de websites próprios, que em 2010 foi de cerca de 52,1%, o que compara com a percentagem de 37,1% referente a 2005. No comércio

eletrónico observou-se também uma progressão, dados os aumentos relativamente a 2009 na proporção de empresas que receberam encomendas por via eletrónica, na ordem de 3,8 p.p., e no que diz respeito a encomendas efetuadas, que aumentou 3,9 p.p., mais que compensando o retrocesso relativo observado em 2008, e atingindo os valores de 18,8% e de 22,3%, respetivamente.

**Gráfico 25 – Utilização de TIC (% de empresas)**



## Comércio Internacional

Em 2010 o grau de abertura da economia portuguesa, medido pelo rácio entre o valor da soma das exportações e das importações de bens e o valor do PIB, a preços correntes, foi de 55,1%, o que representa um aumento de 5,1 p.p. relativamente ao que se verificara no ano precedente. Este acréscimo está associado ao crescimento da economia em 2010, originando recuperações do valor das exportações e das importações. Tomando como base o período de 1995 a 2010, é visível o movimento oscilatório e pró-cíclico deste indicador, não sendo perceptível qualquer tendência no mesmo.

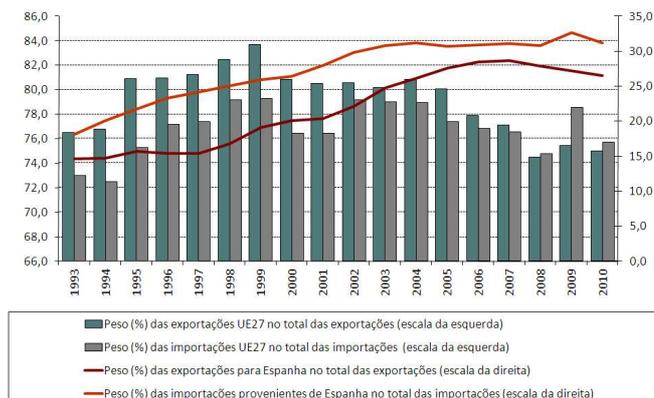
Em 2009 verificou-se uma clara recuperação das trocas com o exterior, tanto nas exportações como nas importações. O valor do primeiro tipo de fluxo aumentou 15,5%, o que traduz um aumento 33,3 p.p. da taxa de variação anual, enquanto o crescimento do segundo foi na ordem de 11,1%, traduzindo um acréscimo de cerca de 31,0 p.p. na respetiva taxa de

variação. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 69,3%, o que representa um aumento de 2,6 p.p. relativamente a 2009. Este indicador tem manifestado uma tendência oscilatória de diminuição desde 1995, parecendo convergir para valores na ordem de 67,0%.

Cerca de ¾ do valor das exportações teve como destino a União Europeia (U27), valor relativamente estabilizado desde 2008, mas traduzindo alguma mudança no sentido da diversificação dos parceiros comerciais. Com efeito, a importância do comércio intracomunitário foi aumentando entre 1993 e 1999, ano em que o peso deste espaço atingiu a sua máxima importância relativa, com 83,7% do total das exportações, vindo a decair a partir de então, registando-se ainda uma diminuição brusca de 2007 para 2008 na ordem de cerca de 3,0 p.p. Nas importações a tendência tem sido semelhante, embora só iniciada em 2003, quando o valor deste tipo de fluxo proveniente do espaço comunitário representava 79,0% do total. Desde então, a diminuição foi contínua até 2008, registando-se um aumento em 2009 de 3,8 p.p., seguido de uma diminuição em 2010, pelo que nesse ano o peso se situou em 75,7%.

Os três mais importantes mercados de destino continuaram a ser Espanha, Alemanha e França, que representaram 51,4% do valor total das exportações (um pouco menos do que em 2009). Destes, apenas o mercado espanhol diminuiu de importância relativa (menos cerca de 0,7 p.p.), continuando embora a ser de longe o principal mercado (representou 26,6% do total, enquanto o peso da Alemanha se situou em 13,0%) (Gráfico 26).

**Gráfico 26 – Indicadores de Comércio Internacional (%)**



Considerando, adicionalmente, o Reino Unido, Angola, Itália, E.U.A. e os Países Baixos, o conjunto destes oito parceiros concentrou 73,3% do valor total das exportações em 2010 (menos 2,6 p.p. do que em 2009). Assinale-se ainda que o Reino Unido voltou a aparecer como o quarto maior mercado de destino, em detrimento de Angola, que recuou uma posição.

A estrutura do comércio por classificação económica sofreu algumas alterações, em ligação com o enquadramento externo e a conjuntura nacional. Do lado das exportações, há a assinalar o aumento do peso dos combustíveis e lubrificantes, bem como do material de transporte e acessórios, enquanto os bens de consumo diminuíram de importância (redução de 3,0 p.p., passando para 29,0%). Os bens intermédios mantiveram aproximadamente a sua importância relativa, na ordem de 34,0%. Nas importações, o aumento mais evidente encontrou-se nos combustíveis e lubrificantes, seguindo-se os bens intermédios e o material de transporte e acessórios, enquanto as diminuições se situaram nas máquinas e outros bens de capital e nos bens de consumo.

## Contas Nacionais

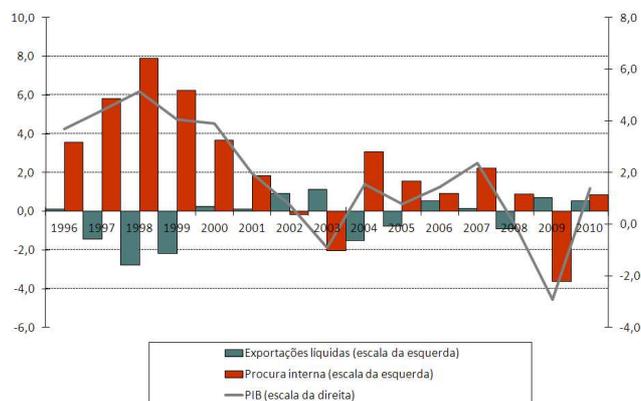
Em 2010, o PIB aumentou 1,4%, ao contrário do que se verificara no ano precedente, em que se registou a quebra mais intensa desde 1996, primeiro ano para o qual é possível calcular evoluções em volume segundo a nova base das contas nacionais (2006). O

crescimento do PIB esteve associado a evoluções positivas tanto da procura interna como das exportações líquidas das importações. No primeiro caso, a contribuição para o crescimento do PIB foi na ordem de 0,9 p.p., o que denota uma clara melhoria face à contribuição de -3,6 p.p. registada no ano precedente, enquanto no segundo caso a contribuição foi na ordem de 0,5 p.p., um pouco menos do que anteriormente. A recuperação da procura interna foi principalmente devida à melhoria da evolução da Formação Bruta de Capital, que apresentou uma taxa de variação menos negativa, de -3,6%, quando em 2009 fora de -13,3%. Nesta componente da despesa destaca-se o equipamento de transporte, que apresentou um crescimento de 1,7%, o que compara com a quebra de 21,8% do ano precedente. Os investimentos em construção e em máquinas e equipamentos também recuperaram, se bem que tenham continuado a evoluir negativamente. O comportamento das despesas de consumo final também foi mais favorável, apresentando um crescimento de 1,8%, contra a quebra de 0,7% de 2009. As despesas das famílias em consumo final aumentaram 2,1%, quando em 2009 tinham diminuído em 2,4%, e as despesas de consumo final das administrações públicas aumentaram em 0,9%, o que representa uma nítida desaceleração face à variação de 4,7% registada no ano precedente. Quanto à procura externa, as exportações de bens e serviços cresceram 8,8% (variação de -10,9% em 2009), enquanto o crescimento das importações foi de 5,4% (-10,0% em 2009), estando esta taxa afetada pela contabilização de equipamento militar importado.

Em termos da evolução do PIB, O período delimitado pelos anos de 1995 e de 2010 pode ser dividido em duas partes: uma, situada entre 1995 e 2000, na qual se verificou um intenso crescimento do PIB, a uma taxa média de 4,2%; a outra, desde 2001, de muito

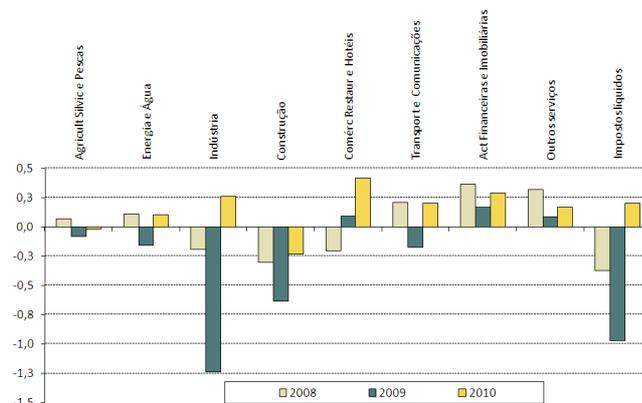
moderado crescimento, na ordem de 0,7%, e que compreende as duas situações recessivas de 2003 e de 2009 (Gráfico 27).

**Gráfico 27 – Contributos da despesa (p.p) para o crescimento em volume do PIBpm (%)**



Do lado da oferta, em 2010 as evoluções mais positivas situaram-se na energia e água, com um crescimento de 3,6%, e também no comércio, restaurantes e hotéis, e nos transportes e comunicações, com crescimentos de 2,6% cada um, se bem que a ordenação por contribuições mais relevantes para o crescimento do PIB seja diferente. O comércio, restaurantes e hotéis foi o agrupamento mais relevante, mas seguiram-se os agrupamentos de atividades financeiras e imobiliárias, e da indústria (que recuperou da quebra de 9,8% em 2009, tendo apresentado um crescimento de 2,2% em 2010). Inversamente, a construção voltou a revelar uma quebra significativa, de 4,3%, embora menos acentuada do que a de 2009, que fora na ordem de -10,7%. A agricultura, silvicultura e pescas teve um comportamento semelhante, embora com taxas de variação menos intensas (Gráfico 28).

**Gráfico 28 – Contributos da oferta (p.p) para o crescimento em volume do PIBpm (%)**



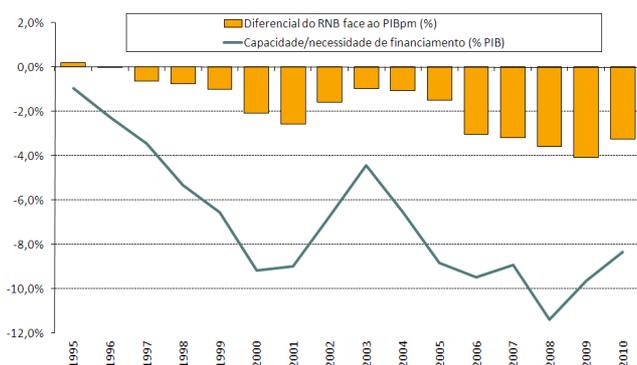
Embora a separação entre períodos de crescimento forte e moderado seja também perceptível na generalidade dos ramos de produção, verifica-se que o sector dos serviços tem apresentado um crescimento médio superior aos da indústria e da agricultura. Por outro lado, registou-se um aumento do preço relativo dos serviços. Os efeitos volume e preço, daí resultantes, traduziram-se num aumento da importância relativa dos serviços, em detrimento da indústria e da agricultura.

A necessidade líquida de financiamento (equivalente ao saldo global das balanças corrente e de capital), medida pelo rácio com o PIB, foi aumentando ao longo do período entre 1995 e 2009, embora se note algum desagravamento nos momentos recessivos, e uma relativa estabilização num patamar em torno de -9,0% na fase mais recente de moderado crescimento do PIB (em 2003 o desagravamento foi de 2,3 p.p. e em 2009 também se registou um desagravamento na ordem de 1,7p.p., mas com o rácio situado em -9,6%). Em 2010 registou-se uma melhoria deste rácio, que passou para -8,3% (a média em 1995-96 situava-se em 1,6%).

Os défices sistemáticos das balanças corrente e de capital foram agravando a posição de Investimento Internacional (valor do stock de ativos líquidos sobre o exterior) e impondo uma deterioração da balança de rendimentos primários (diferença entre os rendimentos recebidos e pagos ao exterior). Em 2009 o valor

negativo deste saldo representou 4,1% do PIB, culminando um continuado agravamento desde 2006, e impondo uma diferença do mesmo montante entre o PIB e o Rendimento Nacional Bruto (RNB). Em 2010, registou-se uma melhoria deste rácio, que se situou em -3,3% (Gráfico 29).

**Gráfico 29 – Diferencial entre RNB e PIBpm e % da Necessidade de financiamento no PIBpm**



## Preços

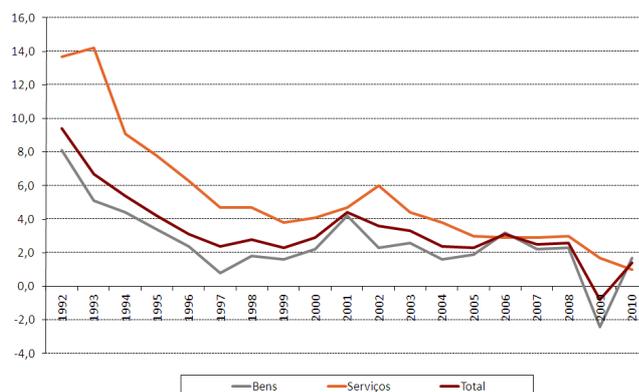
A taxa de variação do índice de preços no consumidor (IPC) foi de 1,4% em 2010, o que representa um acréscimo de 2,2 p.p. relativamente ao que se verificara em 2009. Em termos de grandes componentes do IPC, verificou-se também um aumento da variação anual do índice de bens, na ordem de 4,1 p.p., atingindo-se uma variação de 1,7%. Inversamente, a variação anual do índice de serviços reduziu-se em 0,7 p.p., passando para 1,0% (Gráfico 30).

**Gráfico 30 – Taxas de crescimento anual (%) do IPC total e do IPC dos produtos energéticos**



Esta evolução desenvolveu-se num contexto de aceleração dos preços internacionais das matérias-primas, destacando-se aqui o caso do petróleo e seus derivados, e em geral dos bens manufaturados. Segundo a informação mais recente das contas nacionais, o deflator das importações registou variações homólogas crescentemente positivas no terceiro e quarto trimestres, e uma variação anual na ordem de 5,1% (Gráfico 31).

**Gráfico 31 – Taxas de crescimento anual (%) do IPC total, do IPC de bens e do IPC de serviços**



No plano interno, este enquadramento teve ainda reflexos no comportamento dos preços de produção dos bens industriais, cuja variação anual passou de -3,8% para 3,7%, entre 2009 e 2010. Por tipo de bens, as maiores acelerações, e as variações mais intensas, situaram-se na energia e nos bens Intermédios. O deflator das exportações também aumentou, em 5,3%, quando em 2009 registara uma variação de -6,1%.

A aceleração dos preços no consumidor em 2010 manifestou-se igualmente no Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), cuja taxa de crescimento médio anual se situou em 1,4%, mais 2,3 p.p. do que em 2009. Comparando com as evoluções dos índices homólogos à escala europeia, verificaram-se diferenciais negativos face à média, o que acontece pela terceira vez consecutiva. O IHPC da União Europeia (UE27) apresentou uma variação homóloga de 2,1%, pelo que o diferencial foi de -0,7 p.p.. No caso da zona euro, o diferencial foi menor, na ordem de -0,2 p.p. (Gráfico 32).

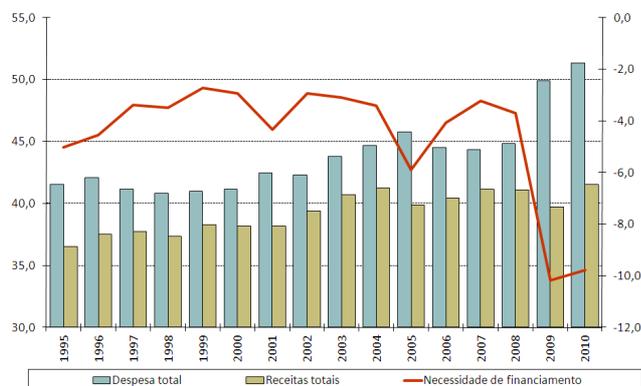
**Gráfico 32 – Taxas de inflação anual (%) na UE27, na UEM e em Portugal (IHPC)**



### Administrações Públicas

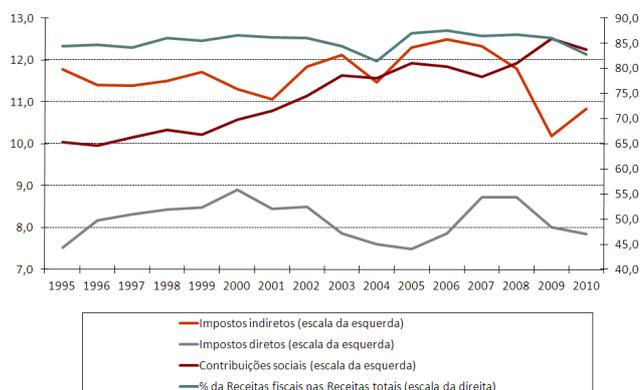
Em 2010 verificou-se um desagravamento da necessidade líquida de financiamento das Administrações, que ascendeu a 9,8% do PIB, menos 0,4 % do que no ano precedente. Esta evolução refletiu um aumento das receitas totais em 1,8 p.p. e um aumento das despesas totais em 1,5 p.p. (Gráfico 33).

**Gráfico 33 – Receitas, despesas e Necessidade de financiamento das Administrações Públicas (% do PIBpm)**



O aumento das receitas esteve principalmente ligado ao aumento das transferências de capital (o rácio relativamente ao PIB aumentou 1,7 p.p. do que no ano precedente), nomeadamente à transferência do património do fundo de pensões da Portugal Telecom (sector das Sociedades) para as Administrações Públicas. As receitas fiscais registaram um aumento de 0,2 p.p, passando a representar 34,4% do PIB, valor aquém do máximo alcançado em 2007, na ordem de 35,6%. Este aumento resultou da evolução observada nos impostos sobre a produção e as importações (aumento de 0,7 p.p.). Em sentido inverso, registou-se uma diminuição das contribuições sociais, na ordem de 0,3 p.p., e dos impostos sobre o rendimento e o património, em 0,1 p.p, face aos respetivos rácios de 2009. Destas evoluções decorreu pela segunda vez consecutiva uma redução da carga fiscal, que em 2009 se situou em 33,7% do PIB (Gráfico 34).

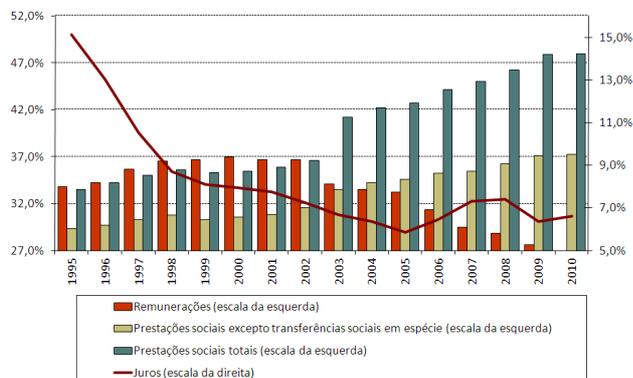
**Gráfico 34 – Carga fiscal (% do PIBpm) por tipo de receita fiscal e peso das receitas fiscais no total de receitas**



O aumento do rácio das despesas totais ficou a dever-se às despesas de capital, que aumentaram 1,5 p.p. em grande parte em resultado da assunção das imparidades do Banco Português de Negócios por parte das Administrações Públicas. Nas despesas correntes observou-se uma diminuição de 0,2 p.p. na despesa corrente primária, e um aumento de 0,1 p.p. nos juros, pelo que a despesa corrente total diminuiu 0,1 p.p. Nas rubricas correntes, destaca-se a estabilização, em percentagem do PIB, das prestações em espécie e das prestações sociais exceto transferências sociais em espécie, que deste modo se mantiveram nos patamares mais elevados (4,9% e 17,0%, respetivamente). As remunerações diminuíram em 0,2 p.p., aproximando-se do mínimo que ocorrera em 2008 (rácio de 12,0% do PIB), culminando a tendência descendente de 2002 até

esse ano (em 2002 as remunerações representaram 14,1% do PIB) (Gráfico 35).

**Gráfico 35 – Peso das remunerações, dos juros e das prestações sociais na despesa corrente total**



A dívida pública manteve-se na trajetória ascendente iniciada em 2001, situando-se em 93,3% do PIB, o que representou um forte agravamento de 10,3 p.p. relativamente a 2009.

*Anuário Estatístico de Portugal 2010.*

*Informação disponível até 30 de setembro, 2011, incorporando a revisão das contas nacionais de dezembro de 2011*